

**RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO**

No ano de 2.017, a ETCSBC honrou as suas despesas de custeio, bem como as amortizações de seus parcelamentos, tanto do REFIS como do FGTS, através da execução orçamentária conforme dispõe a Lei nº 6.517, de 14 de dezembro de 2.016 o qual estimou as Receitas e fixou as Despesas da ETCSBC no valor de R\$ 11.300.000,00 (Onze milhões e trezentos mil reais). Em 2016 as transferências governamentais foram transitadas pelo resultado do exercício – "Uma vez que a subvenção governamental deriva de ato de gestão em benefício da entidade, não deve ser creditada diretamente no patrimônio líquido, mas, sim, reconhecida como Receita nos períodos apropriados". Dessa forma a subvenção governamental para amortização de parcelamentos foi reconhecida como receita na demonstração do resultado no ano de 2.016, conforme determina também o artigo 30 da Lei 12.973 de 13 de maio de 2.014 e excluída integralmente no Livro de Apuração do Lucro Real e controlado na parte B até a sua integralização ou Absorção de Prejuízos Acumulados.

No âmbito orçamentário e com recursos provenientes da anulação parcial de dotações orçamentárias, com isso o orçamento foi atualizado para R\$ 11.300.000,00 (onze milhões e trezentos mil reais). Com esse procedimento, a Empresa, conseguiu empenhar e liquidar as despesas no montante de R\$ 10.790.150,55 (dez milhões, setecentos e noventa mil, cento e cinquenta reais e cinquenta e cinco centavos), conforme abaixo:

<b>Despesas Correntes</b>	<b>Empenhadas</b>	<b>Liquidadas</b>
Pessoal e Encargos Sociais.....	R\$ 3.054.971,10.....	R\$ 3.054.971,10
Juros e Encargos da Dívida.....	R\$ 3.810.210,20.....	R\$ 3.810.210,20
Outras Despesas Correntes.....	R\$ 998.845,15.....	R\$ 998.845,15
<b>Despesas de Capital</b>		
Amortização/Refinanciamento da Dívida.....	R\$ 2.926.124,10.....	R\$ 2.926.124,10

Através deste equilíbrio financeiro e orçamentário a empresa ETCSBC ficou possibilitada para desenvolver as suas intervenções operacionais no transporte coletivo municipal e cumprir a legislação.

**Desempenho Econômico-Financeiro:** Em 2.017 a ETCSBC apresentou alguns ganhos decorrentes da estratégia de redução de despesas de custeio que vem sendo praticada pelos seus gestores. Já com relação ao parcelamento da dívida contratada a ETCSBC cumpriu as normas estabelecidas pela Receita Federal do Brasil amortizando suas obrigações. O resultado só não foi mais favorável neste exercício pela crescente alta da taxa de correção da TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo.

Com tudo isso os gestores, através de esforço contínuo vem conseguindo manter o equilíbrio financeiro e orçamentário da Empresa e a manutenção de seus objetivos operacionais.

## OBJETIVOS OPERACIONAIS

O transporte coletivo municipal é prestado sob o instituto da Concessão nos termos do Contrato 209/98 firmado pelo município de São Bernardo do Campo e a empresa São Bernardo do Campo Transportes Ltda. SPE – Ltda., em 8 de setembro de 1998 com prazo de expiração previsto em 8 de setembro de 2018.

Este Relatório apresenta, de forma resumida, as principais informações, ações e atividades relacionadas ao Transporte Coletivo Municipal de São Bernardo do Campo no exercício de 2017, no âmbito do Departamento de Operações.

Esse Departamento está relacionado diretamente com as atividades fins da Empresa de Transporte Coletivo de São Bernardo do Campo-ETCSBC, ou seja, com a gestão da prestação do serviço municipal de transporte coletivo no ambiente operacional.

As atividades foram executadas conforme os limites organizacionais e legais da empresa, vigentes durante o ano de 2017.

O transporte coletivo municipal de São Bernardo do Campo é formado por 66 linhas que são operadas por 393 veículos, com tecnologias distintas:

- a) Micro-ônibus
- b) Básico
- c) Básico 3 portas
- d) Padron 15m
- e) Articulado

Desse total, 295 veículos (75%) são dotados de dispositivos que possibilitam o acesso universal.

Foram realizadas diversas intervenções operacionais nas linhas do transporte coletivo municipal em razão dos mais variados eventos típicos com a dinâmica e evolução da infraestrutura urbana que resultaram em impactos na circulação geral, e, por conseguinte, na operação do serviço municipal de transporte coletivo. Tais eventos foram resultados de interdições de vias em função de obras no viário com reflexo na fluidez do trânsito, e que, portanto, exigiram a alteração do percurso de linhas e pontos de paradas de ônibus. Diante disso foram feitos prévios avisos aos usuários, orientação aos operadores e aos agentes ligados ao monitoramento e ao cumprimento operacional das linhas, visando, tanto quanto possível, minimizar os impactos negativos no ambiente operacional.

### 1. Atividades Diretamente Relacionadas com o ambiente operacional

Entre essas atividades, destacam-se:

- a) As interferências das obras do Projeto DRENAR; esse projeto, de grande vulto de infraestrutura e econômico, visa sanar os problemas de alagamentos na região central da cidade, cujas obras têm trazido significativos impactos na circulação geral;
- b) As intervenções dos projetos dos corredores na região central, Rudge Ramos, Alvarenga, Ferrazópolis e Bairro Assunção e a construção do Terminal Alves Dias;
- c) Alteração de itinerário e atendimentos de pontos de parada em razão dos desvios de obras (do corredor de transporte coletivo) na Estrada dos Alvarengas;
- d) Com encerramento das obras no trecho entre a Praça Samuel Sabatini e a R. José Versolato e liberação para o tráfego geral, as Linhas com ponto de controle no Terminal Lauro Gomes passaram a ter acesso no sentido bairro/Centro direto pela Av. Aldino Pinotti;

- e) Suspensão do atendimento da linha 61 (Circular Laura - UBS Vila União)
- f) Suspensão de operação da linha 38D - CIRCULAR - TERRA NOVA II / PAÇO
- g) Segmentação da linha 25 (Alto Industrial – Valdibia) que passa a fazer o atendimento Alto Industrial/Sacolão e criação da linha .68 - CIRCULAR - PAÇO / JARDIM FÁTIMA - VIA JARDIM VALDÍBIA)
- h) Suspensão de operação da linha 38A - CIRCULAR JARDIM FÁTIMA/DEMARCHI, cujo atendimento passou a ser realizado pela nova linha 68;
- i) Alteração do atendimento da linha 26 Baraldi/Paço para Baraldi/Ferrazópolis
- j) Alteração do ponto de controle do Terminal Baeta Neves para o Terminal Lauro Gomes, das linhas 04 – Baeta Neves/Rudge Ramos; 21 – Baeta Neves/V.São José e 59 – Circular V.Gonçalves /Baeta Neves

## 2. Atividades Indiretamente Relativas ao ambiente operacional

- a) Foram emitidas **129 Ordens de Serviço Operacional (OSO)** que fixaram a frota operacional nas datas correspondentes às emendas de feriados e dias especiais assim como para os períodos de recesso escolar, além dos temas citados no item anterior (alterações de horários, itinerários, adequação de frota);
- b) O Serviço de Atendimento aos usuários, realizado na Central Integrada de Monitoramento – CIM, com serviço 0800, recebeu **3311** chamadas, sendo que dessas, **3007** correspondem à solicitação de informações sobre horários e outros dados operacionais e **304** às sugestões, elogios ou reclamações que correspondem a aproximadamente **2,74** manifestações a cada 100.000 passageiros pagantes transportados;
- c) Foram totalizadas **1963** pesquisas operacionais para fins de fiscalização, monitoramento e estudos técnicos, que resultaram em **160088** registros operacionais. Esses registros deram origem a **893** autos de infração e **24** notificações à empresa Concessionária;
- d) A área de planejamento da ETCSBC recebeu e analisou **386 solicitações** relacionadas a estudos de dimensionamento e criação de linhas, alterações e desvios de itinerários, instalação e modificações relativas a pontos de parada, aumento de oferta de ônibus, interrupção de tráfego e reforço da frota para eventos especiais. Foram protocoladas **8 solicitações** referentes estudos de dimensionamento e criação de linhas intermunicipais metropolitanas.
- e) Em setembro foi realizada a inspeção/vistoria na frota vinculada ao transporte coletivo municipal pelo Departamento de Operações da ETCSBC cujo objetivo é a confirmação das reais condições de segurança veicular dos itens inspecionados da frota operacional. Foram vistoriados 419 veículos dos quais 113 não apresentaram irregularidades e nos demais veículos foram apontados 820 falhas, e que foram regularizadas pela Concessionária conforme os procedimentos técnicos estabelecidos no Manual de Vistoria e Inspeção de Frota;
- f) Em relação aos pontos de parada para embarque/desembarque de usuários do transporte coletivo, ocorreram **158 intervenções**, sendo 107 instalações e 51 eventos de manutenção (compreendendo manutenção, remanejamento supressão e substituição). Não foram consideradas nesse total, as intervenções de manutenção corretiva efetuadas diretamente pela Concessionária.

### 3. Informações Gerais Relativas à Demanda

O Sistema de Bilhetagem Eletrônica registrou o benefício da isenção tarifária, autorizada pela Lei Municipal 5.289/04, cujo número correspondeu a 189.967 beneficiários cadastrados, conforme abaixo:

#### Resumo Geral do CADASTRO de Concessões de Gratuidade dez/17

Total de Gratuitades Concedidas		189.967	100%
Categoria			
Cat.1	Social – Aposentado	25.428	13,4%
Cat.2	Social – Pensionista	10.826	5,7%
Cat.3	Criança Cidadã	1.809	1,0%
Cat.4	Especial – Pessoa com Deficiência	17.249	9,1%
Cat.5	Especial – Pessoa com Deficiência C/ Acompanhante	11.635	6,1%
Cat.6	Senior – acima de 60 até 65 anos	48.781	25,7%
Cat.7	Senior – acima de 65 anos	42.656	22,5%
Cat.8	Escolar - Passe Escolar Gratuito	31.583	16,6%

Em 31/12/2017, o Sistema de Bilhetagem Eletrônica-SBE registrou o total geral de **571319** usuários cadastrados, ou seja, usuários que possuem o cartão de acesso ao transporte coletivo municipal, denominado de "Cartão Legal", conforme tabela abaixo:

Total de usuários cadastrados - Cartão Legal - 24/12/17		
Usuários Pagantes		
Cartão Cidadão	157140	
Cartão Professor	2106	
Vale transporte	222106	
	381352	66,7%
Usuários isentos do pagamento de tarifa		
Total	189967	33,3%
<b>Total Geral de cadastrados</b>		
	571319	

A demanda do transporte público coletivo municipal, em 2017, foi a seguinte:

- a) Passageiros pagantes: **45,8 milhões (com Passe Escolar)**
- b) Passageiros isentos do pagamento de tarifa: **18,2 milhões**
- c) Totalizando **64,0 milhões**

O número total de transbordos, no ano, foi de **6,2 milhões**, realizados na integração temporal, ou seja, sem a cobrança de tarifa. Essas viagens integradas representaram 9,7% do total de viagens (passageiros pagantes e isentos) e 13,4% das viagens de passageiros pagantes. No período, a utilização do SBE (através dos cartões de acesso) se manteve em 71,7 % do sistema de transporte coletivo municipal, desconsiderados as utilizações de integração temporal.

O **total geral das viagens**, de todas as categorias de usuários e transbordos realizadas no período de integração foi da ordem de **67,2 milhões**.

Esses números seguem demonstrados nas tabelas abaixo:

		2017	
<b>Demanda Pagante</b>			
	Cartão Cidadão	5.076.953	
	Cartão Escolar Professor (50% DESC)	118.169	
	Cartão Vale Transporte	19.149.406	
	<b>Total demanda pagante com cartão</b>	<b>24.344.528</b>	<b>58,48%</b>
	<b>Pagantes em Reais</b>	<b>17.284.986</b>	<b>41,52%</b>
	<b>Total demanda pagante</b>	<b>41.629.514</b>	<b>100%</b>
<b>Demanda Gratuidade</b>			
	Cartão Aposentado	2.622.780	13,50%
	Cartão Especial	2.076.953	10,69%
	Cartão Especial com acompanhante	1.770.230	9,11%
	Cartão Pensionista	1.519.595	7,82%
	Cartão Criança Cidadã	33.110	0,17%
	Cartão Sênior 60	4.557.672	23,46%
	Cartão Sênior 65	2.670.876	13,75%
	<b>SUB-TOTAL</b>	<b>15.251.216</b>	<b>78,50%</b>
	Cartão Escolar - estudante	4.176.566	21,50%
	<b>Total Gratuidade</b>	<b>19.427.782</b>	<b>100,00%</b>
<b>Demanda Total</b>			
	Demanda Pagante	41.629.514	68,18%
	Demanda Gratuidade	19.427.782	31,82%
	<b>Sub-total</b>	<b>61.057.296</b>	<b>100,00%</b>
	Transbordos (integração temporal)	6.190.535	
	<b>Total Geral</b>	<b>67.247.831</b>	
<b>Perfil Demanda (não considerado transbordos)</b>			
	Passageiros com utilização do cartão	43.772.310	71,69%
	Passageiros sem utilização do cartão (pagantes em Reais)	17.284.986	28,31%
	<b>Total</b>	<b>61.057.296</b>	

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 em Reais			
ATIVO	Nota	2.017	2.016
<b>CIRCULANTE</b>			
	Explicativa		
Disponibilidades	2.3 e 2.4	790.384,24	207.857,44
Benefícios ao Pessoal	2.5	15.425,37	11.172,69
Tributos Recuperáveis	2.6	30.816,92	25.027,68
Despesas a apropriar	2.7	6.193,48	6.121,02
<b>TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>842.819,98</b>	<b>250.178,83</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Depósitos Judiciais	2.8	259.431,69	261.075,36
<b>IMOBILIZADO</b>			
Imobilizado	2.9 e 2.10	85.738,96	10.553,74
<b>TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>345.170,65</b>	<b>271.629,10</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>1.187.990,63</b>	<b>521.807,93</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

PASSIVO	Nota Explicativa	2.017	2.016
<b>CIRCULANTE</b>			
Fornecedores	2.11	35.469,62	1.590,71
Obrigações Tributárias	2.12	1.109,86	855,16
Obrigações Previdenciárias	2.13	209.875,38	195.749,41
Prov. Férias e Encargos Sociais	2.14	46.311,98	342.073,31
Parcelamentos de Impostos	2.15	6.800.000,00	6.365.000,00
<b>TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>7.092.766,84</b>	<b>6.905.268,59</b>
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>			
Parcelamentos de Impostos	2.15	210.349.434,52	210.778.160,40
Provisão para Contingências	2.16	499.124,31	263.556,48
<b>TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>210.848.558,83</b>	<b>211.041.716,88</b>
<b>PATRIMONIO LÍQUIDO</b>			
Capital Social	2.17	26.088.470,12	26.088.470,12
Reserva de Capital		61.056.182,59	61.056.182,59
Reserva para Aumento de Capital		14.188.543,43	14.188.543,43
Prejuízos Acumulados		-318.755.373,68	-317.832.966,29
Resultado do Exercício		668.842,50	-925.407,39
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b>-216.753.335,04</b>	<b>-217.425.177,54</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>1.187.990,63</b>	<b>521.807,93</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016  
(EM REAIS)**

	Capital Social	Reserva para Aumento Capital	Prejuízo Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	26.088.470,12	75.244.726,02	(318.758.373,68)	(217.425.177,54)
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	26.088.470,12	75.244.726,02	(318.086.531,18)	(216.753.335,04)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO POR NATUREZA  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (R\$)**

RECEITAS		2017	2016
<b>RECEITAS CORRENTES</b>			
Subvenções	2.18	5.205.124,98	4.525.000,00
Transferências Financeiras		6.094.875,02	5.917.209,65
<b>Total das Receitas Correntes</b>		<b>11.300.000,00</b>	<b>10.442.209,65</b>
DEDUÇÕES DA RECEITA (-)	2.19		
PIS		-671,43	-1.425,24
COFINS		-1.325,42	-6.564,78
<b>RECEITAS CORRENTES LÍQUIDAS</b>		<b>11.298.003,15</b>	<b>10.434.219,63</b>
<b>OUTRAS RECEITAS</b>			
Receitas Financeiras	2.20	25.730,47	533.689,59
<b>REVERSÕES</b>			
Reversão de Provisões		127.774,16	
<b>RESULTADO OPERACIONAL BRUTO</b>		<b>11.451.507,78</b>	<b>10.967.909,22</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>		<b>-4.053.816,25</b>	<b>-4.527.930,26</b>
Despesas com o Pessoal e Encargos	2.21	-3.054.971,10	-3.662.875,99
Despesas com Material de Consumo	2.22	-81.816,42	-47.798,56
Alimentação do Trabalhador	2.24	-111.497,32	-103.935,02
Sentenças Judiciais	2.25	-26.981,84	-25.462,80
Despesas c/ Serviços de Terceiros	2.23	-762.571,61	-680.230,73
Despesas Tributárias	2.26	-2.125,18	-791,24
Despesas com Depreciação		-13.852,78	-6.835,92
<b>RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO</b>		<b>-6.728.849,03</b>	<b>-7.365.386,35</b>
Despesas Financeiras	2.27	-6.728.849,03	-7.365.386,35
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>		<b>668.842,50</b>	<b>-925.407,39</b>

<b>DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA</b>		
<b>EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2.017 e de 2.016 em (R\$)</b>		
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIV. OPERACIONAIS</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>Resultado do Exercício</b>	<b>668.842,50</b>	<b>-925.407,39</b>
<b>Ajustes para reconciliar o Lucro antes do</b>		
<b>I. Renda e da Contribuição Social com o Caixa</b>		
<b>Líquido gerados pelas Atividades Operacionais</b>		
Depreciação	13.852,78	6.835,92
Parcelamento de Impostos a Longo Prazo	-428.725,88	-236.154,84
Reversão de Contingências	235.567,83	-400.929,36
Prejuízos Acumulados	3.000,00	0,00
<b>Ajustes</b>	<b>492.537,23</b>	<b>-1.555.655,67</b>
<b>Varição dos ativos circulantes</b>		
Outros Créditos a Receber	-4.252,68	-20.292,07
Despesas Recuperáveis	-5.789,24	19.411,09
Despesas a apropriar	-72,46	469,13
Depósitos Recursais	1.643,67	17.838,97
Depósitos Rest. E Valores Vinculados		
<b>Aumento / Redução dos Ativos Operacionais</b>	<b>-8.470,71</b>	<b>17.427,12</b>
<b>Varição dos passivos circulantes</b>		
Fornecedores	33.878,91	-24.596,37
Obrig. Tribut. e Trabalhistas s/folha	14.380,67	96.401,84
Provisão de Férias e Encargos Sociais	-295.761,33	39.096,14
Provisões para Contingências	0,00	0,00
Parcelamentos de Impostos	435.000,00	245.000,00
Contingências	0,00	0,00
<b>Aumento/Redução dos Passivos Operacionais</b>	<b>187.498,25</b>	<b>355.901,61</b>
<b>Caixa Líq. Consumido nas Ativ. Operacionais</b>	<b>671.564,77</b>	<b>-1.182.326,94</b>
<b>Caixa consumido nas Ativ. de Investimentos</b>	<b>-89.038,00</b>	<b>-4.201,20</b>
Aquisição do Ativo Imobilizado	-89.038,00	-4.201,20
<b>Caixa proveniente das Ativ. Financiamentos</b>		
<b>Acréscimo Líquido nas Disponibilidades</b>	<b>582.526,77</b>	<b>-1.186.528,14</b>
<b>Saldo das disponibilidades final</b>	<b>790.384,21</b>	<b>207.857,44</b>
<b>Saldo das disponibilidades inicial</b>	<b>207.857,44</b>	<b>-1.394.385,58</b>
<b>Acréscimo Líquido nas Disponibilidades</b>	<b>582.526,77</b>	<b>-1.186.528,14</b>
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras		



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016.****1 - CONTEXTO OPERACIONAL:**

A Empresa de Transporte Coletivo de São Bernardo do Campo - ETCSBC é uma Empresa Pública Municipal, cuja natureza jurídica anterior, de sociedade civil com fins econômicos, regida pelo direito privado, que foi transformada em uma sociedade empresária de natureza unipessoal, de acordo com os preceitos do Código Civil, Lei Federal nº 10.406 de 10 de janeiro de 2.002. Foi constituída mediante a Lei Municipal nº 3.362 de 31 de agosto de 1.989, com fulcro nos termos do art. 50 da Lei Municipal nº 2.240 de 13 agosto de 1975, consolidada pela Lei Municipal nº 5.471 de 13 de dezembro de 2.005. O seu estatuto aprovado pelo Decreto Municipal nº 18.790 de 20 de fevereiro de 2.014, tendo como objetivo principal em seu art. 5º:

I – O gerenciamento e fiscalização dos serviços de transporte coletivo no Município de São Bernardo do Campo;

II – O gerenciamento dos contratos de prestação de serviços públicos concedidos, permitidos ou autorizados e a fiscalização dos seus correspondentes serviços de transporte;

III - a fiscalização da comercialização de vales-transportes, de passes escolares e demais instrumentos de arrecadação do transporte público, com competência para aplicação da Lei que o regulamenta;

IV – A fiscalização e coibição do transporte público irregular.

§ 1º O gerenciamento compreende todos os atos de caráter legal, administrativo e operacional e os de implantação, monitoramento e ajustes operacionais e as demais atividades relacionadas à regularidade e melhoria da prestação dos serviços sob a sua gestão.

§ 2º A fiscalização compreende todos os atos de monitoramento, verificação, constatação, análise, aplicação de penalidade administrativa relacionados à prestação dos serviços sob a sua gestão.

A Empresa é regida por Estatuto Social, conforme dispõe o Decreto municipal nº 18.790/2014 registrado no 1º Oficial de Reg. Civil das Pessoas Jurídicas de São Bernardo do Campo, SP e na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35500710551. Para o desenvolvimento desses objetivos a partir do ano de 2.009 e nos anos seguintes, a Administração implantou ações de controle de custos e redução de gastos, bem como a inserção no orçamento anual de recursos para a amortização do parcelamento constante no passivo da Empresa. O desequilíbrio patrimonial continua, no entanto, associado aos passivos fiscais e tributários, os quais se encontram renegociados através de programas de parcelamentos de longo prazo com órgãos federais. Para o desenvolvimento desses objetivos e para manter suas operações a ETCSBC recebe dotações orçamentárias da Prefeitura do Município de São Bernardo do Campo.

**2 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS:**

As demonstrações contábeis preparadas pela ETCSBC estão em conformidade com as Leis Federais nº 6.404/76, nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e a Lei 4.320/64. As principais políticas contábeis na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo e vem sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. As práticas contábeis têm como base a utilização do regime de competência para a contabilidade societária e também para a contabilidade aplicada ao setor público.

**2.1. Base de preparação e apresentação**

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as Leis Federais nº 6.404/76, nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e Lei 4.320/64, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e a NBC TG 26.

**2.2. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação**

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Reais que é a moeda nacional.

**Ativo Circulante****2.3. Caixa e Equivalente de Caixa**

Contas	2017	2016
Caixa	2.000,00	2.000,00
Bancos c/Movimento	4.442,98	5.857,44
<b>Total</b>	<b>6.442,98</b>	<b>7.857,44</b>

Compreendem dinheiro em caixa e depósitos bancários, demonstrados ao custo e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor demonstrado ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data balanço, tendo como contrapartida o resultado do exercício.

**2.4. Aplicações Financeiras**

Conta	2017	2016
Aplicações Financeiras	783.941,23	200.000,00

Aplicações Financeiras de liquidez imediata, do recurso recebido através de sucesso da ETCSBC no julgamento do processo civil impetrado contra agências financeiras.

**2.5. Créditos****Adiantamento de Férias**

Corresponde a Adiantamento de Férias a colaboradores, programados para janeiro/2018, que será recuperado quando da elaboração da folha de pagamento e apropriação contábil da correspondente despesa.

<b>Adiantamento de Férias</b>	<b>2.017</b>
Total	15.425,37

**2.6 - Tributos Recuperáveis**

Compreende ao Imposto de Renda Retido na Fonte sobre Aplicações Financeiras.

**2.7 - Despesas a Apropriar Exercício Seguinte**

As despesas a apropriar referem-se à assinatura de boletim técnico contábil/tributário e trabalhista e bem como Seguro da Frota de Veículos e representam valores cujos benefícios serão usufruídos no decorrer do exercício seguinte, respeitando assim o Princípio da Competência.

<b>Assinaturas</b>	<b>2.017</b>
Diário do Grande ABC	563,20
Diário do Grande ABC	260,28
<b>Total</b>	<b>823,48</b>

Prêmios de Seguros a Apropriar

<b>BRADESCO</b>	<b>2.017</b>
<b>Total</b>	<b>5.370,00</b>

**2.8 Depósitos Judiciais**

Representado pelos Depósitos Judiciais, face aos processos trabalhistas e cíveis movidos contra a empresa. Os depósitos Judiciais foram atualizados conforme extrato dos saldos das contas apresentados pela Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil e também pelas informações oferecidas pelo Departamento Jurídico da Empresa.

<b>Conta</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Depósitos Judiciais	259.431,69	261.075,36

**2.9 - Imobilizado**

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição, menos o valor da depreciação. A depreciação é calculada e contabilizada usando o método linear para alocar os seus custos e tendo como base, as taxas que levam em conta a expectativa de vida útil dos bens.

As taxas de depreciação apresentadas no quadro abaixo estão em conformidade com a legislação tributária. A entidade manteve registrados seus bens pelo custo histórico de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1.995.

Cumpra-se realçar que os bens patrimoniais foram oferecidos como garantia ao Programa de Recuperação (Refis), o qual a empresa aderiu no exercício de 2000.

A Empresa está analisando os impactos da revisão do prazo de vida útil econômica dos bens. A referida revisão será concluída durante o exercício de 2.017 e eventuais mudanças decorrentes dessa avaliação, se relevantes, serão reconhecidas no próximo exercício.

Conforme demonstrado abaixo o imobilizado da Empresa está depreciado em 98,23% e o Intangível em 100,00%, sendo que a Empresa já abriu processo licitatório para a contratação de empresa especializada em Patrimônio a qual apresentara relatório abrangendo a situação do patrimônio da ETCSBC, bem como recomendações para a sua regularização conforme as Normas Contábeis.

Descrição	2.017				2.016
	Taxa deprec. a.a.	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Valor Liq. Contábil	Valor Liq. Contábil
Máquinas e Equipamentos	10%	143.781,96	-141.083,96	2.698,00	0,00
Móveis e Utensílios	10%	170.033,41	-169.043,39	990,02	4.237,86
Aparelhos Telefônicos	10%	57.886,28	-57.916,02	-29,74	90,02
Máq.e Equip. Eletron.	20%	309.116,16	-297.235,48	11.880,68	6.225,86
Veículos- frota auxiliar	20%	229.454,78	-159.254,78	70.200,00	0,00
<b>Total</b>	-	<b>910.272,59</b>	<b>-824.533,63</b>	<b>85.738,96</b>	<b>10.553,74</b>

**2.10 - Intangíveis**

Descrição	2.017				2.016
	Taxa deprec. a.a.	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Valor Liq. Contábil	Valor Liq. Contábil
Direitos de Uso Software	20%	30.301,70	30.301,70	0,00	0,00
Direitos de Uso Linha Telef.	20%	38.964,67	38.964,67	0,00	0,00
<b>Total</b>	-	<b>69.266,37</b>	<b>69.266,37</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**PASSIVO CIRCULANTE****2.11 – Fornecedores**

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo reconhecidos ao valor da fatura ou do contrato correspondente. As referidas contas a pagar são classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano após a data do balanço.

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Dbassist Tecnologia Ltda.	289,50	230,71
Cenofisco Edit e Publ Tributária Ltda.	680,00	1.360,00
Biq Benefícios Ltda.	8.318,81	0,00
Sage Brasil Software	790,11	0,00
Buysoft do Brasil Ltda.	1.200,00	0,00
Bradesco Seguros (*)	16.910,09	0,00
Instituto Municipal de Assistência Saúde	5.388,80	0,00
Fenixlici Prestação de Serviços	77,00	0,00
Vigtec Maquinas Ltda.	146,90	0,00
Porto Seguro Cia de Seguros	157,99	0,00
Diário do Grande Abc S/A	1.510,42	0,00
<b>Total</b>	<b>35.469,62</b>	<b>1.590,71</b>

(\*) Ref.: Seguro da Frota de Veículos da ETCSBC.

**2.12 – Obrigações Tributárias**

As obrigações tributárias representam alguns tributos retidos nas suas fontes e também calculados em atendimento à legislação. São eles:

<b>Contas</b>	<b>2.017</b>	<b>2.016</b>
PIS/PASEP a recolher	383,67	129,89
COFINS a recolher	0,00	598,27
ISS a recolher	96,10	11,69
PIS/COFINS/CSLL a recolher	0,00	56,74
IRRF s/Serviços Terceiros a Recolher	0,00	58,57
Outros Tributos e Contribuições Federais	630,09	0,00
<b>Total</b>	<b>1.109,86</b>	<b>855,16</b>

**2.13 – Obrigações Trabalhistas/Previdenciárias**

Estas obrigações representam valores das contribuições patronais e também obrigações retidas na folha de pagamento do mês de dezembro/2.017 conforme abaixo:

<b>Contas</b>	<b>2.017</b>	<b>2.016</b>
<b>Obrigações Trabalhistas/Previdenciárias</b>	<b>Valor (R\$)</b>	<b>Valor (R\$)</b>
INSS a recolher	48.535,16	94.133,81
FGTS a recolher	11.258,70	14.024,48
Mensalidade Sindical a Recolher	210,00	210,00
IRRF a recolher s/folha	17.007,03	87.381,12
Férias a pagar	132.864,49	87.381,12
<b>Total</b>	<b>209.875,38</b>	<b>195.749,41</b>

**2.14 – Provisões**

A provisão de férias foi contabilizada mensalmente pelo valor equivalente a 1/12 (um, doze avos) do salário atualizado de cada funcionário. Sua contabilização é feita baseada no princípio da competência como está demonstrada abaixo:

<b>Contas</b>	<b>2.017</b>	<b>2.016</b>
<b>Provisão de Férias e Encargos</b>	<b>Valor (R\$)</b>	<b>Valor (R\$)</b>
Provisão de Férias	0,00	253.570,71
INSS s/Férias	35.682,83	68.107,68
FGTS s/Férias	10.629,15	20.394,92
<b>Total</b>	<b>46.311,98</b>	<b>342.073,31</b>

**2.15 – Parcelamentos Impostos**

Referem-se a parcelamentos contabilizados nos Passivos:

**Passivo Circulante**

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Parcelamento Impostos Refis	6.800.000,00	6.365.000,00
<b>Total</b>	<b>6.800.000,00</b>	<b>6.365.000,00</b>

**Passivo Não Circulante (em R\$)**

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Parcelamento Impostos Refis	210.349.434,52	210.778.160,40
<b>Total</b>	<b>210.349.434,52</b>	<b>210.778.160,40</b>

**Programa de Recuperação Fiscal – REFIS.**

Nos termos da Lei nº. 9964, de 10/04/2000, em conformidade com o Termo de Opção de 28/03/2000, a empresa aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal do Governo Federal – Refis, incluindo no parcelamento todas as suas dívidas tributárias e previdenciárias atualizadas. No referido programa, elas estão sendo atualizadas pela TJLP, “Taxa de Juros de Longo Prazo” e amortizadas mensalmente, ao equivalente a 1,5% da receita bruta utilizadas para o custeio das atividades da Empresa, e com amortizações espontâneas. No exercício de 2.017 foram da ordem de R\$ 6.736.334,30. O saldo contábil do parcelamento REFIS está registrado de acordo com o valor constante no Demonstrativo de Débitos Consolidados, emitido pela Receita Federal do Brasil, com data em 31/12/2017.

**2.16 - Provisões para Contingências Trabalhistas e Cíveis**

A constituição da provisão para contingências, está amparada nas informações constantes do processo administrativo interno de nº 004/2012, posição de 2.016, levando-se em conta a avaliação da probabilidade de perdas pelo departamento jurídico e são quantificadas por meio de critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, mesmo na incerteza inerente ao prazo e valor. A administração acredita que as provisões para contingências são suficientes para fazer frente a eventuais perdas com litígios.

Contas	2017	2016
Contingências Trabalhistas	312.555,62	158.166,90
Contingências Cíveis	186.568,69	105.389,58
<b>Total</b>	<b>499.124,31</b>	<b>263.556,48</b>

**2.17 - Patrimônio Líquido**

Descrição	31/12/2017	21/12/2016
Capital Social	26.088.470,12	26.088.470,12
Reservas de Capital	61.056.182,59	61.056.182,59
Reserva para Aumento Capital	14.188.543,43	14.188.543,43
Prejuízos Acumulados	(-)318.755.373,68	(-) 317.832.966,29
Prejuízo do exercício	668.842,50	(-) 925.407,39
<b>TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>(-) 216.753.335,04</b>	<b>(-) 217.425.177,54</b>

**Capital Social;**

O valor do Capital Social, constante das Demonstrações Contábeis, está representado pelos recursos provenientes de dotações orçamentárias realizadas pela Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo.

**Reserva de Capital;**

A conta de reserva de Capital está atualizada até 31.12.1995. A sua capitalização em observância ao disposto no inciso IV do artigo 200, da Lei 6.404/76, será objeto de recomendação ao ente controlador (PMSBC).

**Reserva para Aumento de Capital;**

Provenientes de recursos previstos na Lei Orçamentária Anual – LOA da ETCSBC e repassados pelo ente controlador (PMSBC) e contabilizados até 2.014 como reserva para futuro aumento de capital da empresa, objeto de proposta incluída no projeto do novo estatuto social.

A partir do ano de 2.015 tais recursos passaram a ser reconhecidos como receita na demonstração do resultado conforme orientação da empresa de auditoria MAP Auditores Independentes em seu relatório de recomendações – item 14 – com base no artigo 30 da Lei nº 12.973 de 13 de maio de 2.014. Dessa forma referidas receitas serão excluídas na parte A do Livro de Apuração do Lucro Real.

**Prejuízos Acumulados** – Constituídos pelos Prejuízos provenientes de exercícios anteriores.

**Resultado do Exercício** – Neste ano de 2.017, o resultado do exercício passou a ser positivo proveniente de modificação na contabilização dos recursos repassados pelo ente controlador (PMSBC) os quais passaram a ser reconhecidos como receita na demonstração do resultado conforme já mencionado acima.

**2.18 – Receitas**

Contas	2.017	2.016
Subvenções Econômicas	5.205.124,98	4.525.000,00
Transferências Financeiras	6.094.875,02	5.917.209,65
<b>Total</b>	<b>11.300.000,00</b>	<b>10.442.209,65</b>

No ano de 2.015 ocorreu mudança na contabilização das transferências financeiras destinadas para amortização dos parcelamentos que, em 2.014 foi registrada diretamente no patrimônio líquido da entidade conforme artigo 17 do Decreto nº 18.790, de 20 de fevereiro de 2.014. Referidas transferências governamentais foram transitadas pelo resultado do exercício conforme orientação da Empresa de Auditoria MAP Auditores Independentes em seu Relatório de Recomendações – item 14 do Relatório da auditoria. Dessa forma a subvenção governamental para amortização de parcelamentos foi reconhecida como receita na demonstração do resultado no ano de 2.016, conforme determina também o artigo 30 da Lei 12.973 de 13 de maio de 2.014 e excluída integralmente no Livro de Apuração do Lucro Real e controlado na parte B até a sua integralização ou Absorção de Prejuízos Acumulados.

**2.19 - Deduções das Receitas**

Contas	2.017	2.016
Cofins	(1.325,42)	(6.564,78)
Pis/Pasep	(671,43)	(1.425,24)
<b>Total</b>	<b>(1.996,85)</b>	<b>(7.990,02)</b>



**2.20 - Receitas Financeiras**

Contas	2.017	2.016
Rendimentos Aplicações Financeiras	25.730,47	86.271,64
Rendimentos Depósitos Recursais	0,00	917,14
Receitas Diversas	0,00	107,35
Receitas c/Processo Judicial	0,00	446.393,46
<b>Total</b>	<b>25.730,47</b>	<b>533.689,59</b>

**2.21 - Despesas com Pessoal e Encargos**

Contas	2.017	2.016
Salários e Ordenados	(1.624.990,27)	(1.934.639,27)
Férias	(242.847,12)	(217.204,74)
13º Salário	(192.338,59)	(178.972,86)
Abono	0,00	(10.540,00)
Indenizações	(80.119,46)	(323.749,48)
INSS	(581.557,22)	(626.395,55)
FGTS	(333.118,44)	(176.870,75)
FGTS S/Rescisões	0,00	(194.503,34)
<b>Total</b>	<b>(3.054.971,10)</b>	<b>(3.662.875,99)</b>

**2.22 - Despesas de Material de Consumo e Serviços de Terceiros**

Material de Consumo	2.017	2.016
Combustíveis e Lubrificantes	-32.233,44	-21.878,63
Gêneros de Alimentação	-975,41	-2.065,31
Material de Expediente	-12.701,30	-10.434,98
Material de Processamento Dados	-618,00	0,00
Material de Copa e Cozinha	-1.305,03	-122,77
Material de Limpeza e Higiene	-3.084,65	-3.709,12
Outros Materiais de Consumo	-300,00	-600,00
Bens Móveis não Ativáveis	-153,24	-2.213,00
Mat. Manut. Veículos. Máq. e Eqtos.	-10.622,64	-6.774,75
Lanches e Refeições	-487,33	0,00
Material p/ Manutenção de Imóveis (*)	-19.335,38	0,00
<b>Total</b>	<b>-81.816,42</b>	<b>-47.798,56</b>

(\*) - "Material P/ Manutenção de Imóveis" – O valor de R\$: 19.335,38, corresponde manutenção e troca de telhados das dependências da ETCSBC, realizada em 2017.

## 2.23 – Serv. De Terceiros – PJ

Contas	2.017	2.016
Assinaturas de Periódicos	-8.137,93	-12.395,39
Serviços Técnicos Profissionais	-1.540,38	-30.501,34
Locação de Máquinas e Equipam.	-8.514,75	-9.256,01
Manutenção e Conserv. de Bens Imóveis	-15.282,13	-3.676,14
Manutenção e Conserv. Máquinas e Equip.	-18.300,77	-20.086,20
Manutenção e Conservação de Veículos	-17.382,78	-17.356,15
Serviço de Seleção e Treinamento	0,00	0,00
Serv. Méd-Hosp, Odonto e Laborat.	-295.098,98	-325.490,29
Serv de Processamento De Dados	-121,40	0,00
Serv. de Telecomunicações	-14.301,81	-48.005,76
Multas Dedutíveis	-100,71	0,00
Multas Indedutíveis (*)	-11.969,64	-276,64
Juros	-14.198,95	-3.000,00
Serviços Judiciários	-1.138,14	0,00
Seguros em Geral	-36.720,06	-15.801,80
Serviços Bancários	-1.914,65	-1.758,20
Serv. Cópias e Reprod. Doctos	-332,64	-179,79
Estádias	-328,40	0,00
Reembolso de Despesas	-1.936,21	0,00
Serviços de Publicidade Legal	-1.349,85	-6.756,00
Despesas Postais	0,00	-411,90
Manutenção de Software	-181.653,51	-148.175,69
Outros Serv. De Terceiros (**)	-131.964,79	-36.030,26
Fornecimento de Alimentação	-283,13	-1.073,17
<b>Total</b>	<b>-762.571,61</b>	<b>-680.230,73</b>

(\*) - "Multas Indedutíveis" – O valor de R\$: 11.969,64 corresponde a R\$ 9.945,49 Multa sobre diferença de alíquota de Risco de Acidente de Trabalho (RAT), e R\$ 2.024,15 refere-se a multas de trânsito.

(\*\*) - "Outros Serviços de Terceiros" – Houve um aumento de R\$ 95.934,53, de 2016 a 2017, ref. aos gastos com a contratação dos seguintes:

Centro de Integração Empresa Escola CIEE (R\$ 32.252,30), Escritório Brasil Contabilidade e Serviços (R\$ 28.940,00), Empresa Control Auditoria EPP (R\$ 12.000,00), Demais Serviços (R\$ 22.742,23).

## 2.24 – Alimentação do Trabalhador

Conta	2.017	2.016
Vale Alimentação	(111.497,32)	(103.935,02)

**2.25 – Sentenças Judiciais**

Conta	2.017	2.016
Pensão Vitalícia	(24.711,14)	(25.462,80)
Sentenças Judiciais	(2.270,70)	0,00
<b>Total</b>	<b>(26.981,84)</b>	<b>(25.462,80)</b>

**2.26 – Despesas Tributárias**

Conta	2.017	2.016
Impostos e Taxas	(1.198,53)	(791,24)
Taxas Estaduais e Municipais	(926,65)	(0,00)
<b>Total</b>	<b>(2.125,18)</b>	<b>(791,24)</b>

**2.27 – Despesas Financeiras**

Contas	2.017	2.016
TJLP	<b>(11.905.997,46)</b>	(7.314.762,33)
Atualizações de Contingencia	(0,00)	(45.464,10)
Juros s/Parcelamentos	(0,00)	(5.159,92)
Atualização Processos Judiciais	(281.818,42)	(0,00)
<b>Total</b>	<b>(6.728.849,03)</b>	<b>(7.365.386,35)</b>

**Imposto de Renda e Contribuição Social**

A Empresa ETCSBC não apresentou base positiva para apuração e pagamento desses tributos tendo em vista que de acordo com a legislação, excluiu na parte A do Livro de Apuração do Lucro Real, as receitas provenientes de transferências de recursos para amortização dos parcelamentos existentes. Dessa prática, conseqüentemente, deu origem a base negativa de contribuição social e os prejuízos fiscais não foram objetos de constituição de crédito tributário.

A Administração da Empresa de Transporte Coletivo de São Bernardo do Campo - ETCSBC responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

São Bernardo do Campo, 31 de dezembro de 2.017.

**ASSINADOS NO ORIGINAL**

**ADEMIR SILVESTRE DA COSTA**  
Diretor Presidente  
CPF: 671.159.428-20

**FRANCISCO EUSTÁQUIO DA SILVA**  
Diretor Adm. Financeiro  
CPF: 217.084.528-34

**ZIMMA FRANCISCO DO NASCIMENTO FILHO**  
Diretor Operacional  
CPF: 058.584.398-88

**FRANCISCO EUSTÁQUIO DA SILVA**  
Técnico em Contabilidade  
CRC 1SP106420/0-8